

Alceni aponta novos rumos para Vigilância Sanitária

BRASÍLIA — Deficiente e incapaz de acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico e industrial do setor. Foi esse o diagnóstico que o ministro da Saúde, Alceni Guerra, fez da atual estrutura e do funcionamento das ações de vigilância sanitária no país. Para substituir esse sistema anacrônico e acabar com as "distorções" detectadas no setor, o ministro determinou uma completa reforma que já começou na Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Até setembro próximo, por exemplo, os 10 mil processos — registros de novos remédios, revalidações de registros, mudanças de embalagens — que foram se acumulando nos últimos cinco anos, na antiga Divisão de Medicamentos (Dimed) serão solucionados. "Vamos zerar os processos", garantiu Alceni.

Os técnicos da SNVS fizeram uma análise do setor e constataram que apenas nos últimos três ou quatro anos surgiram iniciativas para definir o conceito de vigilância sanitária, estabelecer o campo de abrangência das ações, identificar objetivos institucionais e delimitar a atuação governamental. Segundo esses técnicos, no entanto, o "modelo vigente caracteriza-se pela forte interferência governamental no setor produtivo, através de imposições legais que condicionam a fabricação de produtos à prévia autorização federal".

No relatório sobre a atual situação da vigilância sanitária, a equipe de técnicos concluiu que, por estar "distanciada da prática de fiscalização", sem ter meios para saber as consequências do consumo de determinados produtos e a falta de acesso a informações atualizadas técnico-científicas redundaram nas baixas eficiência e eficácia que hoje são apresentadas pelo ministério em sua função que seria a de proteger "a saúde do consumi-

dor". "O Ministério da Saúde não dispõe sequer de um apoio laboratorial adequado", reclama Alceni.

O controle sanitário em portos, aeroportos e fronteiras internacionais está na mira da SNVS, que pretende fazer uma completa reformulação administrativa e na forma de trabalho dos técnicos. "Existe, de um lado, a responsabilidade de dar cumprimento à legislação internacional sobre o assunto, da qual o governo brasileiro é signatário", alertam os técnicos da SNVS. Mas eles também defendem a atualização das atribuições e estratégias do setor. Observam que nas últimas décadas aconteceram grandes transformações, que tiveram como consequência imediata o aumento de fatores de risco sanitário. O país se tornou vulnerável ao contágio de epidemias ou doenças altamente infecciosas com a falta de uma fiscalização eficaz ao permitir a entrada no país de produtos, substâncias, pessoas, animais ou plantas:

Comprometimento — As propostas dos técnicos da SNVS objetivam dar ao consumidor "garantia de qualidade dos produtos, serviços e meio ambiente". Eles advogam a "eliminação da tutela estatal" para que as empresas possam ter "livre gerenciamento de suas atividades". No entanto, exigem "um comportamento muito mais comprometido com a qualidade dos bens e serviços colocados à disposição da sociedade".

Dentro dos planos da SNVS, o apoio laboratorial, que também trata de registros de novos medicamentos, será fornecido por uma rede de unidades estaduais que serão articuladas entre si e integradas ao sistema, sob a coordenação geral do laboratório nacional de referência do Ministério da Saúde.